

2 0 1 7

# CENTRO DE CONVIVÊNCIA É DE LEI

RELATÓRIO ANUAL



# É de Lei - 2017 Relatório Anual de Atividades

#### 1.Histórico

Desde o final dos anos 80 no Brasil, o índice de infecção por HIV/AIDS entre usuários de cocaína injetável era bastante alto devido o compartilhamento de agulhas e seringas. Diante deste cenário, Andrea Domanico e Cristina Brites, idealizadoras do É de Lei, iniciaram atividades de redução de danos, a princípio vinculadas ao NEPAIDS – Núcleo de Estudos para Prevenção da AIDS, do Instituto de Psicologia da USP.

Nas intervenções em cenas de uso de substâncias, a equipe percebeu a importância de criar um espaço de interação social, onde fosse possível desenvolver um conjunto de atividades para além da prevenção de doenças. Nesse contexto, nasceu o Centro de Convivência.

O Centro de Convivência É de Lei tem trabalhado há quase 20 anos com usuários de substâncias psicoativas na perspectiva da Redução de Danos (RD) na cidade de São Paulo. Neste período, o Centro de Convivência É de Lei realizou cerca de 30 projetos financiados por diferentes parceiros, entre eles: Programa Nacional de DST/Aids e Hepatites Virais; Programa Nacional de Controle da Tuberculose; pela Coordenação Estadual de DST/Aids de São Paulo; Coordenação Municipal de IST/HIV/AIDS do município de São Paulo; Ministério da Cultura; United Nations Office on Drugs and Crime (UNODC); Open Society Foundation (OSF), entre outros.

# 2. Sobre o É de Lei

Os projetos do É de Lei têm como meta a redução de danos sociais e à saúde associados ao consumo de substâncias psicoativas junto às populações-chave e prioritárias. As diversas estratégias e atividades visam possibilidades de cuidado, promoção e prevenção relacionada à saúde; prevenção combinada; reconhecimento de direitos e de cidadania por parte de populações fragilizadas e não reconhecidas em seus direitos; atividades de controle social e incidência política; e também acões de produção e fruição cultural.

As intervenções do É de Lei são realizadas tanto em sua sede na região central da cidade de São Paulo, como também no território, com as ações *in loco* na região da denominada Cracolândia, e em parceria com outros atores, além das intervenções do Projeto ResPire, que atua em contextos de festas. O É de Lei também promoveu fóruns de articulação das redes, como o "Fórum Intersetorial de Drogas e Direitos Humanos do Município de São Paulo" e "Fórum Estadual de Redução de Danos".

Com o acúmulo de quase 20 anos de prática, o É de Lei tem dado ênfase para capacitações e treinamentos voltados ao desenvolvimento de ações de Redução de Danos para profissionais de diversas áreas e atividades de consultoria para a implementação de programas e projetos na ótica da Redução de Danos.



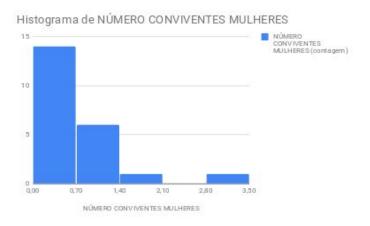
Produzimos insumos, folhetos informativos sobre Redução de Danos, prevenção das IST/HIV/HCVC, publicações e sistematização do trabalho realizado, que são produtos que têm como objetivo ampliar e compartilhar informações sobre as diferentes substâncias, estratégias e tecnologias sociais para diferentes atores, desde trabalhadores da rede de atenção psicossocial, usuários de substâncias até outras instituições. Atualmente, o É de Lei se destaca como uma das principais referências nacionais de redução de danos no Brasil e mantém seu compromisso de contribuir para uma mudança na cultura no campo das drogas. Visamos a diminuição do estigma e do preconceito em relação ao usuário de substâncias e com isso, a diminuição dos agravos à saúde, da marginalização, da violência e das violações de direitos humanos.

# 3. Práticas em Redução de Danos

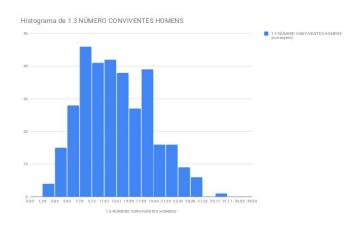
#### 3.1 Centro de Convivência

Na sede do É de Lei, o espaço de convivência oferece acolhimento, aconselhamento e encaminhamento de usuários para serviços sociais e de saúde; grupos de discussão sobre IST/HIV/AIDS, hepatites virais, saúde sexual e reprodutiva, questões de gênero, redução de riscos e danos, uso abusivo de drogas, formas de cuidado, política de drogas, direitos humanos, saúde mental, cultura etc.

# Número de Convivente Homens



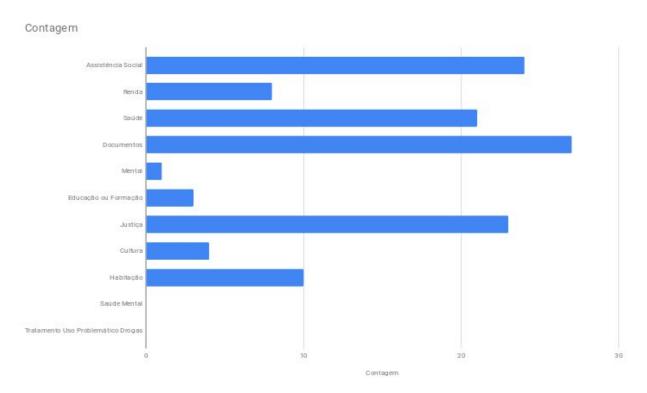
# Número de Conviventes Mulheres





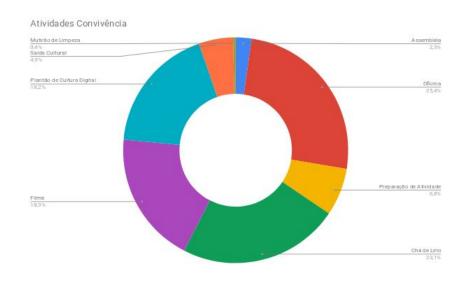
Fica nítida a presença expressiva de convivente homens no espaço e atividades direcionadas especificamente para este público, como as discussões a respeito das masculinidades hegemônicas.

# Encaminhamentos para outro serviços



Quando foram realizados encaminhamento para outro serviços, a maioria se referiu a questões de documentação, assistência social e saúde. É importante ressaltar a subnotificação dos casos de saúde mental e tratamento ao uso problemático de drogas. Houve registros de encaminhamentos para estes serviços, mas não foram discriminados no questionário.

# Atividades da Convivência





# Acompanhamento e Acolhimento Singular

O Centro de Convivência É de Lei realiza intervenções em diferentes contextos, desta maneira consegue atingir um grande número de pessoas. O número de conviventes que frequentam a sede, no entanto, ainda é reduzido em comparação com as ações de campo. Nas diferentes intervenções, acolhemos e aconselhamos singularmente aproximadamente 350 pessoas.

Realizamos um questionário sobre necessidades e expectativas dos conviventes entre agosto de 2016 a agosto 2017 com 16 conviventes. Dividimos o questionário em cinco partes: 1) Informações pessoais, sociais e jurídicas; 2) Informações de Saúde; 3) Informações sobre uso de psicoativos; 4) Questionário de qualidade de vida- OMS; 5) Expectativas e relação com É de Lei.

Para o relatório narrativo descritivo, optamos apenas por apresentar os dados da parte 1 (informações pessoais, sociais e jurídicas), os dados da parte 2 (informações de saúde), da parte 3 (informações sobre psicoativos de forma sucinta) e os dados resumidos da parte 5 (expectativas em relação ao É de Lei).

Na parte 3 houve respostas para o uso de outras drogas, mas para este relatório eles apresentam pouca relevância. Preferimos nos concentrar nas drogas que apresentaram maior padrão de uso e relevância dentro da vida da população-chave, como o álcool, o tabaco, a maconha, a cocaína e o crack.

#### Idade Média Convivente É de Lei

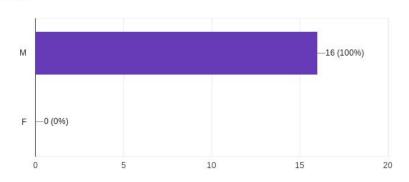
39 anos

Maior Idade: 68 anos / Menor Idade: 23 anos

# 1) Informações pessoais, sociais e jurídicas

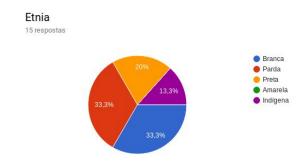
# Sexo Convivente É de Lei

# Sexo 16 respostas





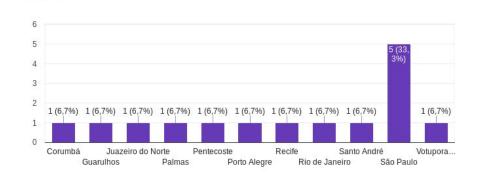
# Etnia Convivente É de Lei



Em sua maioria, os conviventes do É de Lei se declaram como pretos e pardos (53,3%). 13,3% se consideram indígenas e 33,3% se declaram brancos.

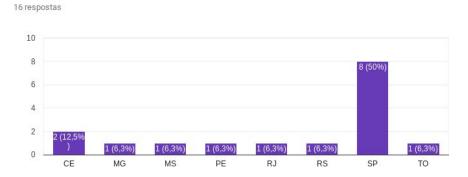
# Naturalidade - Cidade

# Naturalidade- Cidade 15 respostas



# Naturalidade - UF

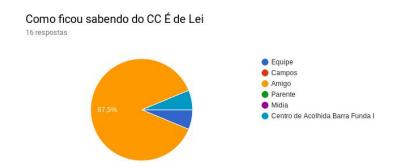
# Naturalidade- UF



Nestas figuras é possível observar o grande contingente de migrantes frequentadores do Centro de Convivência É de Lei. Vale ressaltar as condições adversas e os preconceitos decorrentes da condição de migração.

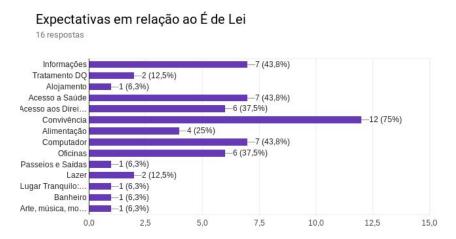


# Como ficou sabendo do Centro de Convivência É de Lei

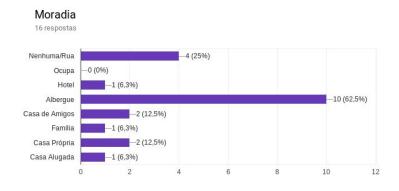


A figura exemplifica a importância da rede dos usuários de drogas e as principais formas de chegada e adesão ao Centro de Convivência. 87,5% dos usuários só conseguem acessar o espaço via a vinculação de redes de solidariedade e amizade.

# Expectativas em relação ao É de Lei



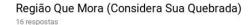
Esta figura reforça a importância da convivência enquanto metodologia. O serviço de baixa exigência possibilita uma vinculação, sem que haja uma ânsia por querer resolver algo, ter uma demanda etc. Com o passar do tempo e a construção de confiança, as informações e o acesso à saúde (43,8%) se tornam uma possibilidade para potencial acesso a direitos.

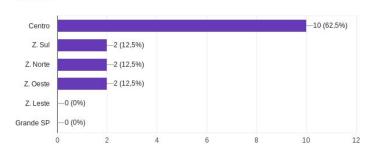




A maioria dos Conviventes vive em albergues (62,5%), evidenciando um momento de maior organização se comparado aos usuários acessados em campo. Apesar disso, muitos relatam condições insalubres.

# Região que mora



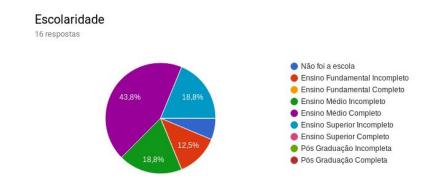


# Contato com a família

# Contato com Família 16 respostas Frequentemente Ocasionalmente Raramente Não tem Contato

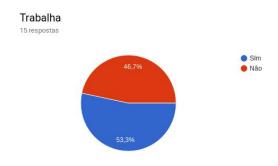
Diferentemente da ideia associada à população de rua, a maioria dos usuários (43,8%) relata manter contato frequente com a família.

# **Escolaridade**

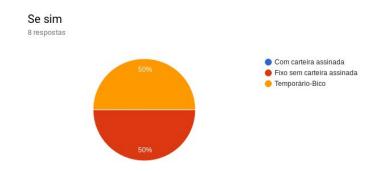




# Trabalho

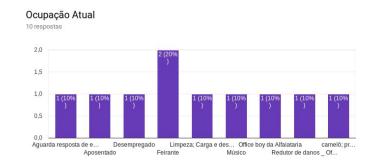


# Tipo de Ocupação

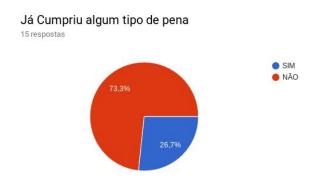


A maioria dos entrevistados relata trabalhar. Todos eles trabalham sem carteira assinada, com trabalhos temporários e de forma autônoma.

# Tipos de Ocupação



# Histórico no Sistema de Justiça Criminal



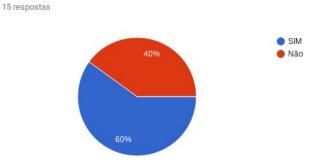


Vemos a alta proporção de conviventes que tiveram passagem pelo sistema de justiça criminal (26,7%). Todos os conviventes (100%) que tiveram passagem pelo sistema de justiça cumpriram medidas de privação de liberdade. Nenhum dos entrevistados mencionou possuir pendências jurídicas.

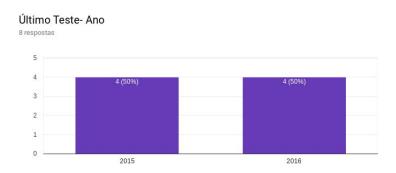
# 2) Informações de saúde

# **Testagem Tuberculose**

Já Fez Testagem para Tuberculose



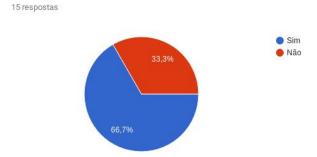
# Última Testagem



A maioria(60%) realizou testagem para TB nos últimos três anos (2015 e 2016)

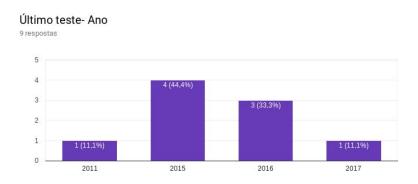
# **Testagem para Hepatites**

# Já Fez Testagem para Hepatites



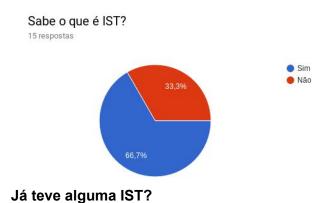


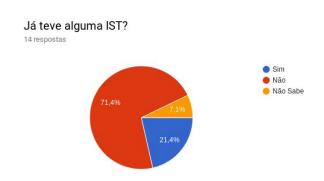
# **Último Teste Hepatites - Ano**



Novamente observamos que a maioria dos usuários do serviço relata ter realizado testagem para Hepatites (66,7%). Cerca de 80% realizou a testagem nos últimos dois anos.

# Sabe o que é IST?

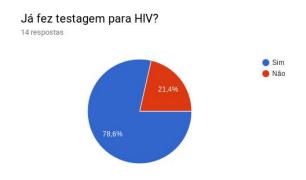




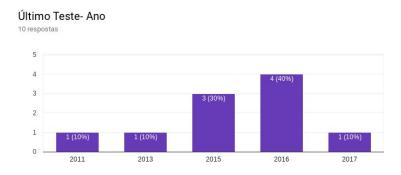
Entre as ISTs mencionadas: HIV, Hepatites, Sífilis, Gonorréia.



# **Testagem para HIV**

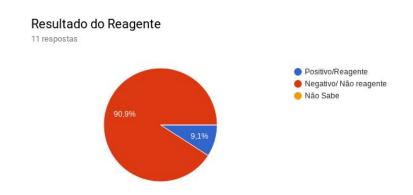


# Última Testagem - Ano

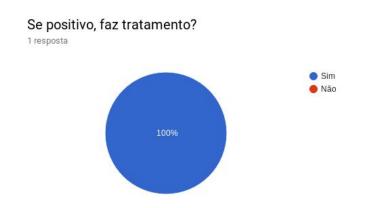


Novamente observamos, que a maioria dos entrevistados realizou testagem para HIV e a maioria (80%) menciona ter realizado a testagem nos últimos três anos.

# Resultado do Reagente



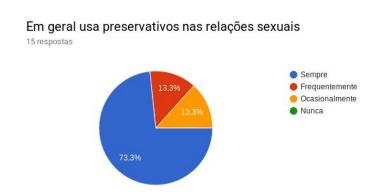
# Se positivo, faz tratamento?





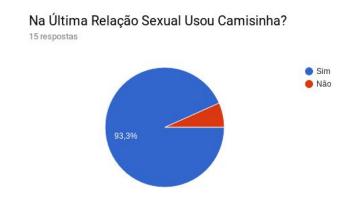
O único caso reagente mencionado na entrevista está em tratamento no Instituto de Infectologia Emílio Ribas (SP).

# Utilização de preservativos nas relações sexuais

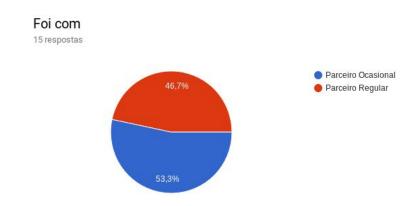


73,3% menciona utilizar o preservativo sempre. Não houve nenhum resultado de rejeição ao uso do preservativo.

# Utilização Preservativo na última relação sexual



# Última relação sexual



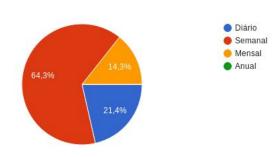


# 3) Informações Psicoativos

# Álcool- Frequência de uso

# Frequência de Uso

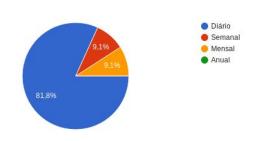
14 respostas



# Tabaco- Frequência

# Tabaco- Frequencia

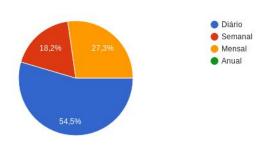
11 respostas



# Maconha- Frequência

# Maconha-Frequencia

11 respostas

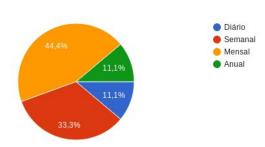


Cocaína- Frequência



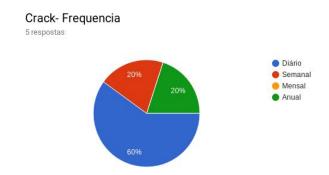
# Cocaína- Frequencia

9 respostas



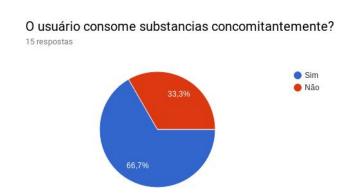
Diferentemente da maconha e tabaco, em que há predominância do uso diário, a cocaína apresenta uma frequência de uso diário menor que a semanal e a mensal, talvez pelo seu alto valor de mercado, fato que a torna menos acessível para a população-chave. Nenhum usuário mencionou injetar cocaína.

# Crack- Frequência



As respostas acerca do crack demonstram um padrão de consumo mais compulsivo, em que a frequência de uso diário é muito grande (60%). Parece haver uma distinção entre os usos mais frequentes (diário e semanal- 80%) e um uso esporádico, bastante raro, no padrão anual (20%).

# Uso de drogas combinadas

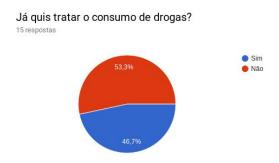


O relato dos conviventes descreve o consumo de diversas drogas simultaneamente, esse tipo de padrão é comum entre poliusuários de substâncias psicoativas. As drogas

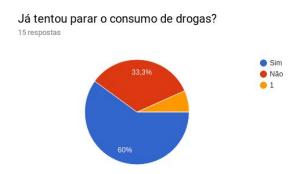


consumidas concomitantemente foram, em sua grande maioria álcool, tabaco, maconha e crack.

# Desejo de tratar consumo de drogas

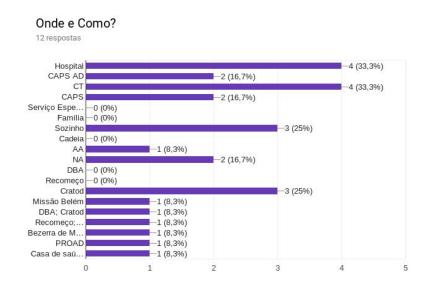


# Tentativa de parar o consumo de drogas



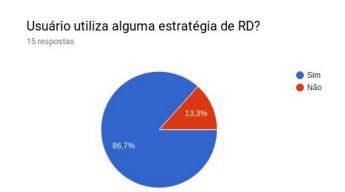
Observamos que 46,7% dos entrevistados já quis em algum momento de vida tratar o consumo de drogas, sendo que 60% já tentou parar o consumo de drogas, fato particularmente difícil a depender do histórico do uso. Neste sentido, é interessante pensar em alternativas que não passem necessariamente pela abstinência, mas que construam com os sujeitos formas possíveis de cuidado, esse é o papel fundamental da Redução de Danos.

# **Modelos de Tratamento**



Os modelos de tratamento, em sua maioria são tratamentos asilares (Hospitais, em sua maioria psiquiátricos e as Comunidades terapêuticas) para a dependência e abuso de drogas. Notou-se múltiplas estratégias empregadas ao longo de suas vidas na sua relação com uso de drogas. Diversos usuários mencionaram mais de três vivências com modelos de tratamento.

# Emprego de estratégias de Redução de Danos



E quando questionados acerca das estratégias utilizadas:

- Uso de drogas menos nocivas ou a mescla, por exemplo: uso de maconha, mesclado (crack+maconha) etc.
- Gestão do Uso: guardar dinheiro, evitar usar demasiadamente, procurar fazer outras coisas;
- Alimentação e Hidratação;
- Não compartilhar material de uso; ter material de uso pessoal;
- Evitar usar drogas na rua (redução de danos sociais);
- Estar próximo de pessoas confiáveis.

Essas estratégias foram construídas com os usuários e as respostas deles demonstram que o trabalho contínuo acerca da redução de danos tem o potencial de fazer sentido e ser incorporado como práticas menos arriscadas em relação ao consumo de substâncias psicoativas.

# 5) Percepção Centro de Convivência É de Lei:

Entre as principais referências e menções a respeito do funcionamento do É de Lei:

- Segurança
- Informações- saúde e uso de drogas / Movimento Social
- Cultura
- Socialização
- Acolhimento/ Compreensão/ Desabafo/ Escuta/ Apoio / Confiança
- Conviver/ Coletivo



- Distração/ Ocupação
- Aprendizado/ Oficinas/ Passeios

Essas respostas demonstram a importância de espaços de convivência para a população em vulnerabilidade, pois eles já não tem acesso à seguridade habitacional, portanto existe a necessidade de ampliar as atividades do É de Lei e de outras organizações que realizam trabalho pautado na redução de danos e baixa exigência..

#### 3.2 Chá de Lírio

A mais tradicional atividade do Centro de Convivência acontece há dezoito ano e consiste em uma roda de conversa entre conviventes e convidados. Objetivo desse espaço é o debate e a formulação de questões que permeiam a vida do público que frequenta o espaço. As pautas são formuladas conjuntamente para abarcar questões de prevenção, educação em direitos, mobilização política e participação social. O clima descontraído e sem moralismos favorece a participação do público, em uma co-construção de novas sínteses e olhares para o fenômeno das drogas e/ou correlatos, valorizando os múltiplos saberes e visões dos participantes da conversa. Neste último ano, houve 'chás de lírios' externos - em espaços de parceiros interessados na discussão - e o chá de lírio passou a ser transmitido pela internet para um público ampliado. Os principais temas abordados foram:

Total de evento "Chá de Lírio" em 2017: 50

Principais temas: Redução de Danos, Sistema Carcerário, Luta Antimanicomial, Racismo Institucional, Políticas Públicas para população de rua, Políticas Habitacionais, Infecções Sexualmente Transmissíveis/HIV/Hepatites, Gênero e População LGBTI, entre outros.

# 3.3 Projeto ResPire

Em 2011, o É de lei realizou, em parceria com o Ministério da Saúde (Depto de Hepatites), um projeto de intervenção em festas de música eletrônica para ações educativas e preventivas em relação às Hepatites Virais. O Projeto Saúde em Festa ganhou o nome ResPire e foi executado entre Abril/2011 e Junho/2012, porém após o término do financiamento, o projeto continuou sua atuação no contextos de festas no Estado de São Paulo e também realizou intervenções em SC, MG, PR, BA e RJ.

A produção de diferentes materiais informativos (folders, tradução de material, distribuição de insumos) favoreceu a inserção em outros tipos de contextos como Marcha da Maconha, Festivais, Bailes Funk, Batalhas de Rima de MC's, Festival de Direitos Humanos, entre outros.



A partir das ações realizadas verificou-se que muitos organizadores de festas, centros acadêmicos e atléticas universitárias se interessaram pelo trabalho e atualmente consideram o servico como fundamental em suas festas.

Atualmente, o ResPire já conta com mais de 50 intervenções em diferentes festas, 7 capacitações em que formou aproximadamente 140 redutores de danos, ganhou o Prêmio de Projeto Inovador em evento da ABRAMD-Educação (Associação Brasileira Multidisciplinar de Estudos sobre Drogas - 2011), realizou debates em universidades, participou de congressos nacionais e internacionais e também capacitou coletivos de redução de danos no Rio de Janeiro, Divinópolis e São Carlos. O ResPire também foi objeto de pesquisa em vários trabalhos universitários, tem capítulo no caderno de experiências em políticas sobre drogas publicado pelo Instituto Igarapé em março de 2015 e na publicação do Fórum Estadual de Redução de Danos.

Em 2017, o ResPire passou a compor a Plataforma Ágora que é uma das estratégias da FIOCRUZ para a Agenda 2030 - ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável-ONU), o projeto foi considerado uma nova tecnologia social que que pode contribuir para o bemestar e a saúde das pessoas.

A missão do projeto é estimular o autocuidado, a reflexão sobre o consumo de substâncias, além de disseminar referências e práticas de cuidados e estratégias de redução de danos a partir da atuação junto às populações-chave e prioritárias, pessoas que usam drogas, trabalhadores da rede intersetorial, academia e gestores públicos visando incidência política que transforme a lógica da guerra às pessoas.

Para garantir a missão do projeto, diversos materiais informativos foram elaborados a partir da literatura científica e de grupos focais com usuários de diferentes substâncias, possibilitando a confecção de materiais que realmente dialogam com a população chave do projeto que são frequentadores de festas, jovens e LGBTI.

#### 3.4 Núcleo de Cultura

O Núcleo de Cultura É de Lei desenvolve atividades artísticas e culturais compondo o conjunto de estratégias para a redução de riscos e danos associados ao uso de drogas. Desde 2010 nos tornamos um Ponto de Cultura, compondo a rede estadual do Programa Cultura Viva (MinC). Desde 2014 compomos a rede municipal do mesmo Programa.

Desenvolvemos ações de formação, criação e produção cultural que envolvem práticas artísticas contemporâneas, com destaque para a fotografia, o audiovisual, poesia e ritmo e intervenções urbanas a partir de processos colaborativos.

As atividades acontecem no Centro de Convivência É de Lei e na região central da cidade de São Paulo e são gratuitas e abertas a qualquer interessado, independente de sua condição social ou psíquica e de experiência artística prévia.

O objetivo é ampliar a referência artístico-cultural dos participantes bem como oferecer o contato com artistas e fazedores de cultura realizando produções de forma colaborativa, afirmando a experiência cultural que cada um traz.



Os trabalhos envolvem exibições de filmes, debates, aulas técnicas, filmagens, fotografia, intervenções urbanas, performances, edição e finalização de filmes, divulgação e exibição dos materiais finalizados. Além disso realizamos saídas culturais pelo território visando ampliar a circulação e a apropriação da cidade pelos conviventes, bem como afirmando diferentes modos de estar presentes nos espaços públicos.

# 3.4.1 Oficinas e Saídas Culturais

Realizamos diversas saídas culturais, entre elas idas ao teatro, parques, atos, como a Marcha da Maconha, seminários entre outras. Além disso foram realizadas oficinas artísticas-culturais, entre elas: oficina de xilogravura, oficina de DJ, plantão de cultura digital, oficina de agricultura urbana em parceria com o teatro Mugunzá e a oficina de rádio comunitária em parceria com a rádio Cantareira.

Durante este período, também em parceria com o Ponto de Cultura, foram realizadas três ocupações artísticas-culturais com a exibição do resultado de nossas oficinas (duas no Largo do Paissandu e uma no Largo do São Francisco). Nestas ocupações aproveitamos para realizar aconselhamento e encaminhamentos necessários, bem como a distribuição de insumos.

# 3.5 Ações de Campo

O trabalho de campo tem como objetivo central constituir-se enquanto uma oferta de prevenção, cuidado e redução de riscos e danos em contextos de uso de drogas. Para tal, a equipe de redutores de danos acessam pessoas que fazem uso de drogas e/ou em situação de vulnerabilidades nas cenas de uso, buscando a constituição de vínculos, distribuição de informações, insumos e estratégias de redução de riscos e danos e encaminhamentos para a rede de serviços intersetorial. Através do estabelecimento de relações de confiança, em que é possível oferecer escuta qualificada, o diálogo entre equipe e população alvo possibilita a reflexão e o fortalecimento da noção de autocuidado e autonomia.

O É de Lei realizou 120 visitas a campo no ano de 2017. Por conta da constância em nossa presença nos territórios acessados, a constituição de vínculos aprofundados com escuta qualificada possibilitou o acompanhamento longitudinal de muitas pessoas ao longo do ano. Este premissa da Redução de Danos é fundamental para construir, sempre em conjunto com o outro, novas possibilidades e perspectivas de vida.

Em 2017, conseguimos ampliar a forte de ações de campo para outros territórios para além da Cracolândia. Realizamos campo no Glicério e Parque Dom Pedro, locais caracterizados por carências sociais, que diferentemente da Luz, não apresentam uma grande quantidade de serviços para população de rua.

# 3.6 Material de comunicação

Com intuito de comunicar o trabalho do É de Lei de maneira efetiva, e atingindo os usuários de drogas, foi criada uma nova série de folders informativos sobre drogas. Neste projeto optou-se por confeccionar folders com as drogas mais consumidas na população-chave (álcool, maconha, crack-cocaína). O intuito foi divulgar uma mensagem que conseguisse ultrapassar a desconfiança e medo, por isso a preocupação em incluir os usuários em todas

as fases do desenvolvimento do insumo. Dessa forma, foram realizados grupos focais no espaço do Chá de Lírio com o objetivo de buscar maiores informações sobre os usos e costumes das substâncias, e validar informações que já eram de conhecimento da equipe. As consultas foram importantes para pensar as nuances dos materiais e seus impactos na população-chave, trocando determinadas expressões e linguagens mais técnicas por uma linguagem mais informal. O processo de co-construção é fundamental e em certa medida garante o acesso e o uso por parte dos usuários.

Cabe ressaltar que, após discussões em equipe, foi considerado importante unir a cocaína e o crack em um só folder. Esta estratégia visa diminuir o preconceito e os estigmas sociais que recaem sobre o crack a pessoa que dele faz uso; e trazer o esclarecimento para as pessoas de que se trata da mesma substância, destacando também as diferenças nos modos de produzir, usar e de como se dão seus efeitos.

Os folders também foram impressos dada a condição de inacessibilidade de nossa população com as novas ferramentas de comunicação, como as mídias sociais, aplicativos de mensagem, site e até mesmo o computador (grande parte da população-chave são analfabetos digitais).

#### 3.7 Insumos

Historicamente, o Centro de Convivência É de Lei é reconhecido pela criação e distribuição de insumos para as populações-chave com quem trabalha, os insumos são materiais pensados e desenvolvidos para prevenção e promoção de saúde, que oferecem ganhos concretos frente aos riscos epidemiológicos associados às práticas sexuais e ao uso de substâncias. Ou seja, têm como objetivo prevenir a transmissão de doenças - principalmente Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), HIV/AIDS, Hepatites Virais e Tuberculose - e estimular a produção do cuidado de si, reduzindo riscos e danos.

É possível observar através desta experiência no trabalho com Redução de Danos que o insumo é uma ferramenta potente para iniciar conversas sobre autocuidado. Ao serem entregues, cada insumo demanda também a oferta de orientações acerca de seu uso e de seus benefícios para a saúde e a qualidade de vida.

Em 2017, foram distribuídas 6.420 piteiras, 5.925 manteigas de cacau e 3.392 preservativos.

# 3.7.1 Kit Sniff

Da mesma maneira que o material de comunicação, foram realizadas consultas com os nossos conviventes e outros usuários acerca do kit sniff. As modificações foram feitas a partir das sugestões dos usuários, a fim de garantir o uso do insumo e, consequentemente, a saúde e os direitos dos usuários.

O kit é constituído de: material espelhado (superfície), cartão para esticar a cocaína ou outra substância para ser inalada, bloco de cartões menores e maleáveis que, enrolados se transformam em canudos descartáveis, material informativo sobre prevenção e cuidado, e preservativos.



# 3.7.2 Preservativos masculinos/femininos/gel lubrificante

Em 2017, foi mantida a distribuição de preservativos masculinos, femininos e gel lubrificante tanto na sede como no campo.

É sabida a baixa adesão ao uso dos preservativos por parte dos usuários de drogas. Diversos estudos apontam que o meio principal para a contração do HIV provém das relações sexuais desprotegidas, o que torna a distribuição de preservativos crucial, ao mesmo tempo que desafiador. Muitas vezes, em campo, era observada a rejeição e dificuldade de distribuição de preservativos. Muitos usuários relatam não ter uma 'vida sexual ativa'. Na tentativa de compreender e contra-argumentar a importância do preservativo, muitas vezes é necessário sermos repetitivos em nossa atuação. Para os usuários que mencionam não usar os preservativos de forma deliberada, temos frisado a importância de outros métodos preventivos dentro do cardápio da prevenção combinada, como a PEP (Profilaxia Pós-Exposição) e agora a PREP (Profilaxia Pré-Exposição ao HIV). Sentimos que na Luz, a distribuição de preservativo é menor se comparada ao Glicério e Parque Dom Pedro, talvez pela proximidade do SAE Campos Elíseos (Serviço de Assistência Especializada) e a disponibilidade de preservativos lá. É comum muitos usuários não ver sentido em se proteger das ISTs (infecções sexualmente transmissíveis) por argumentar que já estão muito mal e que de nada adianta o uso do preservativo e/ ou qualquer outra forma de cuidado. Frente a casos de desesperança e fatalismo, tentamos ser compreensivos e procurar produzir movimentos de vida, uma tarefa difícil.

# 3.7.3 Manteiga de Cacau e Piteira

A manteiga de cacau diminui rachaduras nos lábios causadas pelo uso de substâncias fumadas, em especial o crack no cachimbo, pela desidratação e frio; além de possuir fator de proteção solar. Ela foi pensada e produzida em tamanho pequeno, pois em experiência anterior, a equipe notou que é um material fácil de se perder nas ruas. Sendo menor, cada pessoa recebe algumas unidades, o que também propicia que o material não seja compartilhado. Em conjunto com as piteiras de silicone, incentivam o uso individual de crack, diminuindo as chances de contaminação de Tuberculose e HCV.

O uso repetido de crack e a alta temperatura do cachimbo podem causar feridas e queimaduras no lábio, língua, dedos, facilitando a transmissão de HCV no compartilhamento dos cachimbos. A distribuição de piteiras de silicone proporciona uma estratégia efetiva no engajamento dos usuários de drogas em seu cuidado.

A piteira é produzida em dois tamanhos diferentes, que visam adaptar-se aos diversos tamanhos de bocais dos cachimbos que, em geral, são produzidos pelas próprias pessoas. Para este insumo, a orientação é de que o próprio cachimbo não seja compartilhado. Com a prática, foi possível observar que nem sempre ter seu próprio cachimbo é algo comum nas cenas de uso, mas as piteiras, por serem pequenas, têm mais chances de serem utilizadas de maneira individual, podendo ser colocadas antes e retiradas após o uso. Cabe ressaltar que trata-se de uma tecnologia extremamente barata; são distribuídas em pequenas quantidades para cada um, para que possam trocar com frequência.

A distribuição dos insumos em si revelou a potência de tal estratégia para o fortalecimento de vínculos que, por sua vez, ampliam a possibilidade de acompanhamentos longitudinais e integrais; bem como a construção de projetos de cuidado mais duradouros, menos pontuais e imediatistas. Muitas pessoas identificam a equipe do É de Lei como "aquela que distribui



as piteiras e manteigas de cacau", indicando a eficácia da estratégia para aproximação e tornando a organização uma referência dentre a diversidade de atores que compõem os territórios.

# 4. Articulação de rede e contexto político

Além da construção de vínculos com as pessoas dos territórios, É de Lei buscou também se articular com outros atores que compõem a oferta de escuta, cuidado e atividades nas cenas de uso. Dentre eles, destacam-se alguns serviços públicos pensados para acompanhamento integral da população: Centro de Acolhida; serviços vinculados ao Programa De Braços Abertos (Tenda, Hotéis, Serviço Especializado de Abordagem Social, Consultório na Rua, etc.), Centro de Atenção Psicossocial; Programa Municipal de Redução de Danos; Serviço de Atendimento Especializado IST/AIDS; Centro de Referência de Álcool, Tabaco e outras Drogas vinculado ao Programa Recomeço; Serviço de Atendimento Móvel de Urgência etc.

O É de Lei se aproximou também de outras organizações, coletivos e instituições religiosas que também marcam presença, principalmente no território da Luz: Projeto Quixote, Casa Espírita, Pastoral do Povo de Rua, Companhia Mungunzá de Teatro, Companhia Pessoal do Faroeste, Igreja Mundial, Lab Cidade (Laboratório Espaço Público e Direito à Cidade), CEFRAN (Centro Franciscano de Luta contra à AIDS) etc.

Ao longo de 2017, a mudança de governo municipal trouxe impactos significativos para a dinâmica do território da Luz. As notícias apresentavam o fim do Programa De Braços Abertos, implementado na gestão anterior, e o início do novo Programa Redenção. Em paralelo à questão dos programas, a Prefeitura fez declarações sobre um novo projeto urbanístico para a região, que previa a retirada da população em situação de rua, bem como a desapropriação de imóveis para a construção de edifícios comerciais - o que gerou incertezas e instabilidades para quem vive e quem trabalha no território. Identificamos que houve um aumento e intensificação nas ações policiais, o que revelava o caráter higienista e opressor do tal projeto "Nova Luz". Não houve diálogo intersetorial ou com a população local, ou seja, tais condutas se deram exclusivamente no âmbito da Secretaria de Segurança Urbana, o que culminou em muita violência e violações de direitos.

Os trabalhadores e parceiros do território presenciaram, a cada nova ação policial, o desmantelamento da qualidade das relações da população da Luz - a tensão entre a população em situação de rua e alguns moradores do bairro aumentou; os processos de construção de vínculos com usuários dos serviços foram postos em cheque, dificultando, portanto o acesso a ofertas de cuidado e aos seus direitos de modo geral; o aumento da insegurança e do adoecimento por parte dos trabalhadores, raramente notificados, que dirá consultados acerca de tais intervenções no território; entre outras consequências desastrosas. As pessoas feridas pela violência policial, entre elas menores de idade e mulheres grávidas, tornavam-se novas demandas para os serviços, o que revela o caráter contraproducente. Além disso, houve também um aumento no uso de substâncias, relatado pelas pessoas acompanhadas pela organização.

Foi possível participar e presenciar processos de resistência e luta por direitos muito potentes e que estimulavam ainda mais a integração entre os atores que se fazem presentes na Luz - pessoas em situação de rua e/ou que faz uso de drogas; trabalhadores da rede intersetorial, moradores da região, coletivos, e outras instituições.

Desde o início do ano de 2017, diferentes instituições acompanharam - e ainda acompanham - as ações que ocorrem na região central de São Paulo, geridas pelo Prefeito João Dória. Após a ação em conjunto do governo estadual e municipal no dia 21 de maio de 2017, a tentativa de realizar internações compulsórias, a desapropriação arbitrária de moradias - uma das demolições foi feita em prédio com pessoas dentro; entre outras violações.

Verificou-se a necessidade de instituir um grupo para acompanhar e fiscalizar as ações realizadas no território, inspecionar os equipamentos que atendem as pessoas usuárias de substâncias e solicitar a participação nos espaços de construção da política municipal de álcool e outras drogas do governo municipal. Esse grupo foi constituído por diferentes conselhos de classe profissional (CREMESP, COREN, CRP, COMASS); Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas e Álcool (composto por ABRAMD, PBPD, Instituto Sedes Sapientiae, É de Lei); Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana; Ministério Público e Defensoria Pública.

Esta ação demonstrou a riqueza de se pensar e incidir sobre a proposição de políticas públicas de saúde que, realizada através das diversas parcerias que foram estabelecidas a partir das mudanças propostas pela nova gestão municipal.

Identificamos, ainda, ao longo do ano, a potência de outras ações que se deram no território da Luz, a partir dos esforços de diversos atores e que se constituíram enquanto ações de articulação de rede que traziam vida e enriqueciam o cotidiano dos presentes. Para o desenvolvimento de tais atividades, foi fundamental a participação de algum agente de redução de danos em espaços de articulação, como por exemplo, reuniões do Coletivo Sem Ternos, do Fórum Aberto Mundaréu da Luz, entre outros.

Tais ações se constituíram como momentos de pausa do cotidiano, em que o lazer e a cultura se faziam presentes através da oferta de oficinas de arte, com música, futebol, xadrez, pirofagia, fantasias, microfone aberto etc. Essas atividades demonstraram que, a partir de estímulos diferentes, diferentes vivências são possíveis. Entre elas, destacam-se:

# "Blocolândia" (Carnaval):





# • "Arraiá na Craco":



# Fórum Aberto Mundaréu da Luz:



# 4.1 Conselho Municipal de Políticas de Álcool e Drogas da cidade de São Paulo

Em janeiro de 2017, o É de Lei ocupou a presidência do Conselho Municipal de Políticas de Álcool e Drogas da cidade de São Paulo (COMUDA.)

A mudança nos poderes executivo (prefeitura) e legislativo (vereadora) da cidade impactou fortemente as diretrizes do programa municipal de álcool e drogas, pois anunciaram mudanças sem participação social, sem propostas concretas e sem consulta ao COMUDA, que visa formular e supervisionar como políticas públicas relacionadas ao tema.

Apesar das adversidades, como o aumento da repressão no cenário de uso da região

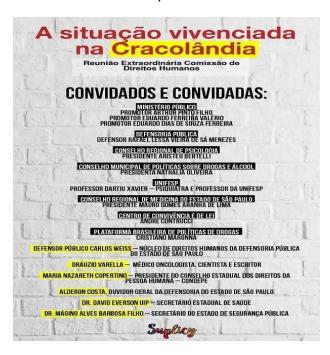


da Luz (Cracolândia), a desarticulação da coordenação executiva do Programa de Braços Abertos, a falta de diálogo e a estigmatização das organizações da sociedade civil, No segundo semestre de 2017, o COMUDA é uma legitimidade, principalmente em função do trabalho da sociedade civil organizada e da ampliação da diversidade de membros atuantes em parceria com o conselho. Também por isso, o poder executivo retorna uma participação das atividades do município a partir do esforço do novo coordenador do Programa Redenção, o psiquiatra Arthur Guerra.

A participação de É de Lei na presidência do COMUDA também resultou em uma mobilização conjunta para as inspeções ocorridas nos Hospitais Psiquiátrico

Em 2017, o É de Lei realizou diversas atividades em conjunto com o COMUDA, como:

 Audiência Pública Comissão Extraordinária sobre Direitos Humanos da Câmara Municipal



Articulação e mobilização da "Vigília Ecumênica pela Dignidade Humana"
 - maio de 2017







- Participação na fiscalização organizada pelo Conselho Nacional de DH na região da Luz após ações das forças de segurança em 21/05/2017, que resultou em documento de recomendação entregue na reunião ordinária do Comuda pelo vereador Leonardo Pinho, representante da CNDH;
- Participação na comissão de entidades e conselhos que organizaram as inspeções nos hospitais psiquiátricos concordaram com o Programa Redenção entre os meses de junho e julho / 2017;



 Organização do evento de lançamento do relatório "Estamos assistindo: Avaliação Conjunta dos Hospitais Psiquiátricos do Programa Redenção", com coletiva de imprensa exclusiva e participação da prefeitura. A atividade resultou na proposição de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) que é prontamente aceito pelo município;



 Contribuição técnica da construção do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) proposto pelo Ministério Público no "Programa Redenção";



- Acompanhamento de todas as atividades do Subcomitê de Políticas de Drogas do Conselho da Cidade estabelecido em junho/2017 e mobilização/participação nas reuniões do subcomitê de discussão do Programa Redenção na Câmara Municipal;
- Elaboração de nota técnica sobre a Política Municipal de Drogas de São Paulo: Programa Redenção
- Participação na "Conferência sobre Reforma das Políticas de Drogas" -Atlanta / 2017
- Intercâmbio com programas de drogas na cidade de Nova York (outubro / 2017);

•



- Participação em 5 reuniões convocadas pelo Ministério Público para o diálogo com o Poder Executivo e outras organizações da sociedade civil para encaminhamentos sobre políticas municipais de drogas - 16/03/2017, 31/03/2017 e 08/02/2017; e 2 para discussão e contribuição técnica da construção de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) que foi aceito pelo Executivo Municipal;
- Ministério Público que se reúne com Juizado da Infância e Juventude nas inspeções em estabelecimentos comerciais que vendem bebidas alcoólicas dezembro / 2017;
- Mobilização e participação na reunião do subcomitê de política de drogas para discutir o Programa de Redenção na Câmara (vídeos) (recorte no final do relatório)





- Reunião Ordinária para apresentação dos resultados do POT (Programa de Operação do Trabalho) com a ADESAF; e Reunião Ordinária abordando resultados do programa municipal de prevenção com participação da Secretaria Municipal de Educação (documentos apresentados nessa reunião).
- Participação do seminário ADESAF, que lançou publicação com resultados do Programa de Geração de Trabalho no Programa Armas Abertas

# 4.2 Fórum Intersetorial de Drogas e Direitos Humanos

O É de Lei, por meio do projeto "Cuidado na rua: Ações de promoção e prevenção de vigilância em saúde", vinculado à Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, foi responsável pela articulação, fortalecimento e divulgação do Fórum Intersetorial de Drogas e Direitos Humanos (FIDDH), composto por diferentes pessoas, organizações, coletivos e serviços interessados nos temas e, principalmente, que neles atuam diretamente.

Este é um espaço de discussão de estratégias de cuidado e de debate político, que o É de Lei ajudou a criar em 2012, acompanha desde então, e que em 2017 pode fortalecer, já que o projeto tinha como objetivo promover ações de mapeamento e articulação da rede de serviços que tem como público alvo usuários de substâncias psicoativas e que estão em situação de vulnerabilidade social e que atuam na região central do município de São Paulo.

Durante o período avaliado, o FIDDH contou com 170 participações ao longo dos 12 encontros, envolvendo 83 pessoas de 23 instituições, mais a sociedade civil. Muitos participantes não informaram as instituições que gerem seus contratos de trabalho; logo, esse número não reflete a totalidade de entidades que em alguma medida se envolveram nos trabalhos realizados.

A fim de manter publicizado todo o conteúdo gerado nos encontros do FIDDH e desta maneira viabilizar um dispositivo de comunicação que consolide a rede articulada nestes encontros, foi criado um blog, onde constam todos os registros relativos às trocas ocorridas no fórum e que podem ser acessados através do link: https://fiddhsp.wordpress.com.

Foi mantida e fortalecida a dinâmica de publicações via grupo do facebook - https://www.facebook.com/groups/fisddhsp/ - e criada uma página criar e divulgar os eventos e notícias - https://www.facebook.com/fiddhsp/.

Também foi desenvolvido um logotipo do FIDDH como estratégia para fortalecer o trabalho de divulgação e engajamento dos participantes.





# 5. Núcleo de Ensino e Pesquisa

Incidir nas práticas e formas de cuidado dos usuários de substâncias psicoativas por meio da produção e multiplicação do conhecimento sobre a redução de danos e as questões sobre drogas.

# 5.1 Capacitações

O É de Lei realizou 8 formações ao longo de 2017. Foram elas:

 Formação em abordagem social, ações de prevenção, reinserção social e atendimento aos indivíduos em situação de uso abusivo/dependência de crack e outras substâncias psicoativas para equipes do SEAS(Serviço especializado de abordagem social) MODALIDADE IV.

Total de participantes na formação 150 pessoas.

 Oficinas de trocas de experiências em Drogas e Redução de Danos para equipes do SEAS Macro Sul.

Total de participantes na formação 15 pessoas.

 Oficinas de trocas de experiências em Drogas e Redução de Danos para equipe do SEAS Vila Maria

Total de participantes na formação 15 pessoas.

• Supervisão para equipe do SEAS 4 LAPA.

Total de participantes na supervisão 10 pessoas.

• Supervisão para equipe do SEAS 4 CIDADE TIRADENTES.

Total de participantes na formação 10 pessoas.

 Capacitação e supervisão técnica para serviços da rede que atendam usuários de drogas. Compartilhar conhecimento e reflexões acerca da teoria e prática de Redução de Danos com equipes de Consultório na Rua que atuam no centro de São Paulo e atendam usuários de drogas em contextos de vulnerabilidades.

Total de participantes na formação 130 pessoas.

• Ciclo (In)Formativo.

Total de participantes na formação 48 pessoas.





 Oficinas de formação em drogas e redução de danos para as equipe CAPS II, CAPS AD III, CAPS I e Unidade de Acolhimento Adulta do município de Taubaté.

Total de participantes na formação 40 pessoas.

# 6. Balanço e considerações finais

Em 2017 a "Cracolândia" tornou-se um território ainda mais marcado pela instabilidade e pela insegurança, o que muito provavelmente também ocorre em outras cenas de uso e regiões periféricas da cidade e do país. Tais ações também se caracterizaram pela vigilância constante da região da Luz - com câmeras, drones e a presença ostensiva da polícia 24 horas por dia, criando uma atmosfera de medo, desconfiança e tensão, não apenas sentida pelas pessoas do "fluxo", mas também por toda a comunidade da "Cracolândia", moradores, frequentadores e trabalhadores.

Observamos que diversos laços de cuidado e acompanhamentos individuais se esgarçaram, bem como escutamos de muitas pessoas que houve uma intensificação no uso de crack, álcool e outras drogas, devido ao clima de tensão constante. Alguns usuários relataram a dificuldade em manter a higiene pessoal, uma vez que tinham medo de sair do "fluxo", por considerarem que, fora de lá, se tornariam alvos fáceis, seja pelo medo de uma nova ação policial. Nas idas a campo, verificamos que circular para fora de onde estava a grande concentração de pessoas já parecia justificar abordagens policiais exageradas e a ordem de se manterem concentradas - mais uma vez violando o direito constitucional de ir e vir. Além disso, também presenciamos a polícia impedindo doações de roupas e alimentos.

A violência excessiva e desproporcional às pessoas em situação de vulnerabilidades, aliada aos ataques direcionados às demais intervenções sobre o território, perpetuaram o desgaste de laços constituídos ao longo do tempo e com muito cuidado e respeito aos corpos. Este ciclo de desconfiança atinge outras instituições públicas e as formulações e implementações de suas políticas, gerando sentimentos de descrença que podem afastar ou mesmo suscitar ataques aos serviços públicos intersetoriais.



# 6.1 Atenção à população em situação de rua e/ou que faz uso de drogas e o desafio da intersetorialidade

Apesar de notório o aumento do investimento em e da presença de equipamentos públicos - bem como de outras iniciativas, vinculadas a organizações da sociedade civil, religiosas ou coletivos autônomos - na região da "Cracolândia", ainda observa-se grandes dificuldades de tais serviços serem acessados pela população em situação de rua. O fluxo de atendimentos, que envolve desde horário de funcionamento até condições para que seja realizado (portar documento, senhas e filas, etc.) parece não colaborar para a vinculação das pessoas em situação de vulnerabilidades extremas.

Identificamos que há necessidade de implementação de políticas públicas que reduzam as barreiras e garantam o acesso à saúde, através, por exemplo, de programas de prevenção às ISTs/HIV/Aids que sejam sensíveis às necessidades e especificidades das diferentes populações e seus contextos. Quanto mais extrema a situação de vulnerabilidades, como é o caso das pessoas em situação de rua, que faz uso de substâncias, trabalhadores(as) do sexo, etc., mais são demandadas dos serviços públicos a compreensão sobre os contextos de vida, e a reflexão e implementação de ofertas que sejam compatíveis para a prevenção e produção de autocuidado e saúde.

Através das trocas realizadas no trabalho de campo, observamos que as pessoas do "fluxo" têm muita dificuldade em comunicar-se com os serviços, por desconfiança e medo de se assumirem enquanto usuários(as) de drogas, já que vivemos numa sociedade que criminaliza determinados usos, promovendo estigmatização e moralização dos corpos. Identificamos também que muitas vezes a linguagem utilizada nos serviços públicos são de difícil acesso e compreensão, por serem informações demasiadamente técnicas e distantes de seus referenciais culturais, o que parece dificultar processos de educação em saúde e outros direitos.

Ressaltamos a importância de se pensar numa rede plural que consiga dar conta da complexidade dos problemas enfrentados pelas populações e que consiga funcionar de modo articulado, já que a grande maioria de suas necessidades jamais serão atendidas por um único tipo de serviço.

# 6.2 Pessoas vivendo com HIV e que fazem uso de drogas

A partir de uma análise do contexto no qual atuamos e de dados produzidos a partir de pesquisas, concluímos que pessoas que fazem uso de drogas (PVHIV) estão mais vulneráveis para HIV, Hepatite C (HCV) e Tuberculose (TB), o que quer dizer que, estas pessoas serão atingidas de maneira desproporcional por tais infecções ou por alguma combinação entre as três. Durante o desenvolvimento do projeto, testemunhamos as dificuldades das PVHIV (e também HCV e TB), em sua grande maioria com histórico de uso de alguma(s) substância(s), em aderir e manter a Terapia Antirretroviral (TARV).

Para pensar as ofertas em saúde no contexto da rua, esbarramos recorrentemente nas vulnerabilidades vividas por esta população e, no caso das pessoas que vivem com HIV, HCV e TB, não é diferente. Há uma necessidade imperiosa de pensarmos intersetorialmente e considerarmos outras experiências ao redor do mundo, que têm pensado e proposto, por exemplo, programas de moradia social com critérios bem definidos, que garantam alimentação, condições mínimas de higiene, que tornem possível, portanto, manter uma rotina de cuidado e adesão aos medicamentos.



# 6.3 Considerações finais

A perspectiva da Redução de Danos é compatível com o contexto em que atuamos, apostando na produção de saúde e qualidade de vida através de princípios e diretrizes alinhados também com os Direitos Humanos, a saber: construção de vínculos; integralidade do olhar lançado à pessoa que faz uso de drogas; intersetorialidade frente à multiplicidade de vulnerabilidades; respeito à trajetória de vida e escolhas, construção; sempre em conjunto com o outro, de insumos e estratégias para redução de riscos e danos; pragmatismo ao apresentar resultados; multiplicação de saberes e práticas, também através da Educação entre pares; desenvolvimento de autonomia, cidadania e reinserção social; entre outros.